

Senado libera pauta e já pode processar ACM

Conselho de Ética deve analisar pedido de sindicância sobre senador na terça-feira

ROSA COSTA

BRASÍLIA - O Conselho de Ética do Senado está pronto para entrar em atividade e já na próxima terça-feira os 15 titulares eleitos ontem devem aprovar o pedido de sindicância sobre o suposto envolvimento do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) no caso das escutas ilegais feitas pela Secretaria de Segurança Pública da Bahia. O relator pode ser do PT ou do PFL, mas os dois partidos ainda não chegaram a um entendimento.

O caminho para os trabalhos do conselho foi aberto pela votação, ontem, da Medida Provisória 77, que trata das dívidas rurais. Na véspera, o PFL, com apoio do PSDB, atrasou a votação, que trancava a pauta e impedia qualquer outra decisão do plenário. Mas ontem o PFL não tinha mais como protelar a votação da MP, já que ela cumpria os últimos prazos.

O senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) continuará na presidência do conselho. Segundo ele, os trabalhos devem começar pelo exame do relatório parcial da Polícia Federal, onde já constam depoimentos de policiais e de autoridades baianas. Já o cargo de relator, a quem cabe dar o rumo das investigações, será definido após acordo entre petistas e pefeítas. Trata-se de uma questão regimental, já que o números de representantes dos dois partidos no conselho é o mesmo.

O líder do PFL, José Agripino (RN), disse que não brigará pelo cargo. Como foi o PT que pediu a abertura da sindicância, o líder Tião Viana (AC) prefere abrir mão da relatoria. É possível que, no fim das contas, eles entreguem o cargo a outro partido.

A ex-namorada de ACM, Adriana Barreto, e seu marido Plácido Faria devem ser os primeiros convocados a depor. Mas os trabalhos devem ser atropelados pela conclusão do inquérito da PF. Nesse caso, caberá aos titulares decidirem se continuam com a apuração ou se acatam o parecer policial que, segundo Juvêncio, traria "fortes indícios" sobre a participação de ACM nos grampos. Caso o conselho decida pela instalação de processo, o plenário terá de ser consultado.

ACM participou normalmente dos trabalhos do Senado esta semana, mas não quis falar sobre os grampos. A amigos, ele afirma que está sendo injustiçado e que dispõe de documentos que comprovariam sua inocência.

